



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288257-9

COMARCA: 12ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

APELADO: LIVIA OLIVEIRA PALMEIRA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA À UNANIMIDADE - MÉRITO - COOPERATIVA QUE PRATICA ATOS DE COMÉRCIO - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - INDEVIDA EXCLUSÃO DE COBERTURA SECURITÁRIA - DANO MORAL IN RE IPSA - QUANTUM REPARATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288257-9**, em que figuram como Apelante **UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** e como Apelada **LIVIA OLIVEIRA PALMEIRA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***“Por unanimidade, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade passiva da Unimed Recife. Mérito: Por unanimidade, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma”.*** Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 29 de março de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288257-9

APELANTE: UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADV: RENATA DOWSLEY ARCOVERDE NOVAES PE030174

APELADO: LIVIA OLIVEIRA PALMEIRA

ADV: THIAGO FERNANDES PALMEIRA PE029795

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 193/198v julgou procedentes os pedidos da peça exordial, condenando a ré/apelante a indenizar a parte apelada, a título de danos morais, no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que deve ser atualizado pelos índices da tabela não expurgada de referência para a Justiça Estadual, a partir da decisão, acrescidos dos juros legais a partir da citação. Condenou a apelante a pagar honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação devidamente atualizado.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada e, alternativamente, pugna pela redução do quantum indenizatório (fls. 201/209).

Razões recursais: Em sede de preliminar, ventila a sua ilegitimidade passiva para a presente lide. No mérito, afirma que a marca UNIMED (caráter nacional) não se confunde com a vinculação dos usuários a cada UNIMED de origem e que o atendimento aos usuários “pode” ser facilitado em âmbito nacional, mas nunca a título de extensão contratual. Argumenta que o sistema de intercâmbio da UNIMED deve ser interpretado de maneira restritiva. Assevera inexistir qualquer dano moral a ser reparo e, de forma alternativa, pugna pela redução do importe indenizatório estipulado pelo Juízo “a quo”.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 215/226, pugnando pela manutenção da decisão *a quo* e, conseqüentemente, pela improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.

À Doute revisão.

Recife, 26 de outubro de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288257-9

APELANTE: UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADV: RENATA DOWSLEY ARCOVERDE NOVAES PE030174

APELADO: LIVIA OLIVEIRA PALMEIRA

ADV: THIAGO FERNANDES PALMEIRA PE029795

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

PRELIMINAR:

No tocante à preliminar de ilegitimidade passiva, ventilada pela apelante UNIMED RECIFE, entendo que a Unimed constitui uma única entidade, todavia, encontra-se subdividida em diversas outras, situação que acaba criando excessivas dificuldades no que pertine à fixação das responsabilidades e área de atuação ou abrangência de cobertura. E, por tais motivos, têm-se entendimento no sentido da responsabilidade solidária entre as cooperativas Unimed, não obstante as bases geográficas distintas.

Com efeito, as cooperativas de seguro-saúde, que contam com previsão de intercâmbio regional, ou seja, com elo de ligação do Sistema Unimed, estabelecem uma relação de solidariedade, de modo a ora apelada têm legitimidade passiva para demanda de ressarcimento pelos serviços médico-hospitalares prestados à usuário da cadeia de cooperativas.

Nesse sentido:

"UNIMED - Legitimidade passiva *ad causam* - A Unimed Paulistana é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação de obrigação de fazer promovida por consumidor que, não obstante contrato firmado com a Unimed Teresina, teve tratamento recusado por meio do intercâmbio entre as redes Unimed's - Precedentes - Sentença confirmada - Recurso desprovido" "(Apelação Cível nº 0111768.44.2008, 6ª Câmara de Direito Privado, Rei. Des. Roberto Solimene,j. 21.10.2010)

"EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA SUSCITADA PELA APELANTE. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. IRRESIGNAÇÃO DA UNIMED NATAL COM A CONDENAÇÃO. PACTO FIRMADO COM A UNIMED SEGURADORA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO CONGLOMERADO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 28, § 3º, DO CDC. PRECEDENTES DESTA CORTE. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO". (TJRN, AC, 2ª Câmara Cível, Relator Desembargador CLÁUDIO SANTOS, DJe 28/10/2010).

Assim, por tais motivos, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva da UNIMED RECIFE.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

MÉRITO:

Inicialmente, necessário se faz explicitar que apesar da UNIMED ser formalmente uma cooperativa sem fins lucrativos que pratica atos cooperativos entre seus médicos associados, não se pode descurar de que ela, quando opera com terceiros, pratica atos comerciais como qualquer outra empresa do mercado.

Assim, dúvida não há de que a sua prática é mercantilista, ferindo de forma reflexa o direito fundamental e o princípio constitucional econômico de proteção ao consumidor, na medida em que deixa o usuário do plano de saúde à mercê da sua vontade monopolizadora, manifestada expressamente na presente lide ao não autorizar a realização do exame indicado na peça inicial.

Entendo que o Código de Defesa do Consumidor, deve ser plenamente aplicado à presente relação, ainda mais porque ao ressaltar os princípios da boa-fé objetiva, da confiança e da vulnerabilidade do consumidor, tem o condão de resgatar importantes inovações no âmbito das relações contratuais, permitindo portanto, restabelecer uma igualdade e um equilíbrio contratual entre o consumidor e o fornecedor.

Ao se examinar o motivo que levou o plano de saúde a excluir a cobertura dos serviços pleiteados pela apelada, não se consegue detectar nenhuma razão de ordem médica, clínica, técnica e jurídica que impeça a prestação desse serviço médico, nem mesmo a argumentação de que o assegurado não tem direito a tal cobertura.

Ora, na maioria das vezes, para não se dizer na totalidade, as limitações contratuais referentes à realização de tratamentos médicos necessários aos usuários/segurados decorrem de uma ótica exclusivamente mercantilista, não encontrando, assim, fundamento de validade na Constituição Federal, que consagra a saúde como um direito fundamental, que possui caráter de relevância pública (art. 197).

Acerca da principiologia aplicável às relações de consumo, colhe-se da doutrina:

"Os princípios da teoria da interpretação contratual se aplicam aos contratos de consumo, com a ressalva do maior favor ao consumidor, por ser a parte débil da relação de consumo. Podemos extrair os seguintes princípios específicos da interpretação dos contratos de consumo: a) a interpretação é sempre mais favorável ao consumidor; b) deve-se atender mais à intenção das partes do que à literalidade da manifestação de vontade (art. 85, Código Civil); c) a cláusula geral de boa-fé reputa-se insita em toda relação jurídica de consumo, ainda que não conste expressamente do instrumento do contrato (arts. 4º, caput e nº III, e 53, nº IV, do CDC); d) havendo cláusula negociada individualmente, prevalecerá sobre as cláusulas estipuladas unilateralmente pelo fornecedor; e) nos contratos de adesão as cláusulas ambíguas e contraditórias se fazem contra stipulatorem, em favor do aderente (consumidor); f) sempre que



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

possível interpreta-se o contrato de modo a fazer com que suas cláusulas tenham aplicação, extraindo-se delas um máximo de utilidade (princípio da conservação) (GRINOVER, Ada Pelegrini; et. al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 7. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 488-489).

Dessa forma, é imperativo declarar a abusividade do posicionamento restritivo da apelante, por contrariar os princípios norteadores das relações de consumo, quais sejam, a boa-fé e a equidade.

Entendo que a presente lide restou solucionada de forma brilhante pelo ilustre magistrado de primeiro grau, motivo pelo qual transcrevo trechos de sua exposição:

"...Se a Unimed se aproveita dessa grande estrutura unificada para captar clientes, não pode, no momento de prestar o serviço ou responder pela quebra do contrato, alegar não ter a unidade que aparenta ter, devendo, pois, responder pela confiança que despertou e transmite ao cliente no sentido de que ele será igualmente atendido em qualquer lugar do país."

Logo, o dano moral, no caso, é evidente, eis que com negativa de realização de exame acaba por configurar verdadeira negativa de cobertura prevista pelo plano de saúde e, nesse sentido, desnecessária a comprovação das angústias e outros abalos psíquicos, previsíveis e que ultrapassam o mero dissabor.

Portanto, o constrangimento experimentado pelo Apelada consiste em ter seu direito ao tratamento negado. Ressalte-se que o dano moral, *in casu*, prescinde de prova, vez que ocorre *in re ipsa*.

Como bem leciona Sérgio Cavalieri Filho:

"O dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum" (in Programa de Responsabilidade Civil, 3ª ed., Malheiros, São Paulo, 2001).

A prova do dano moral é dispensada dada a sua impossibilidade de concreção, bastando a comprovação do ato ilícito, vez que o dano moral decorre da própria ação ilícita.

Não há atender aos reclamos das seguradoras apelantes, pois a indenização por dano moral deve atender a uma relação de proporcionalidade, não podendo ser irrisório a ponto de não alcançar sua função penalizante, nem tampouco exceder a ponto de desbordar a sua *ratio essendi* compensatória, e assim, causar enriquecimento indevido à parte.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

Destarte, diante dos fatos expostos e fundado no critério da razoabilidade, verifico proporcional e adequado o quantum indenizatório fixado pelo Togado Singular (R\$ 10.000,00).

Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se intocada a sentença.

É COMO VOTO.

— *Decide, 19/03/2013.*
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288257-9

APELANTE: UNIMED RECIFE – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

APELADO: LÍVIA OLIVEIRA PALMEIRA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REVISOR: DES. EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

Ressalto por oportuno que os juros moratórios no caso de responsabilidade extracontratual fluem a partir da efetivação do dano, de acordo com a Súmula 54 do STJ.

Destarte, em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 19 de março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Revisor